

Senado quer ampliar "trem da alegria"

Brasília — Enquanto o governo estuda medidas para conter os gastos públicos, acabando com organismos administrativos desnecessários e congelando os salários do funcionalismo público, o Senado está tentando aprovar, às vésperas das eleições de novembro, dois projetos que congelam o emprego. E mais: que permitem o aumento dos gastos com a folha de pagamento dos seus mais de cinco mil servidores.

"Isso é um casuismo", reagiu o senador Virgílio Tavora (PDS-CE), quando tomou conhecimento da aprovação, por parte da mesa do Senado, dos projetos 149 e 150. "Quando se decide mudar as regras administrativas alguns meses antes das eleições, alguém está tirando vantagem. Qual é a pressa? Por qual motivo não se pensou nisso antes, muito antes das eleições, ou depois?", indagou.

De fato, denúncias de funcionários antigos, que entraram para o Senado através de concurso público, provam que os projetos beneficiarão especialmente todos aqueles que obtiveram seus cargos e empregos através de nomeações de senadores ou burocratas amigos. Os projetos — sugeridos pelo diretor-geral do Senado, Lourival Zagonel dos Santos, que tampouco é concursado — estabelecem que de agora em diante não podem ser criados novos empregos, nem admitidos servidores sem concurso público. Mas também estabelecem que quem já entrou, fica.

Quem fica

Atualmente, cada senador tem direito a três secretários parlamentares. Segundo o senador Passos Porto (PDS-SE) que, com orgulho, diz ter nomeado "mais de 500 em todo o país", já faz parte da "tradição do Senado" colocar nesses cargos de confiança parentes e amigos. "Aqui no Senado tem filho, neto e bisneto de todos os que você puder imaginar", diz ele. "Os projetos impedirão os novos senadores de nomear mais gente, mas isso já significa um progresso", acrescenta.

De fato, em novembro, dois terços dos 69 senadores perdem seus mandatos e, pelas estimativas dos políticos, dificilmente serão reeleitos. "Este Congresso já ficou desmoralizado com os escândalos do ano passado (**trem da alegria** do ex-presidente do Senado, Moacyr Dalla, PDS-ES, que nomeou 800 para a gráfica, a falta de quorum em plenário e a cobrança indevida dos jetons)", explicou um antigo funcionário do Senado. Mesmo que 46 senadores percam, com as eleições, seus empregos, todos os servidores nomeados por eles ao longo dos últimos oito anos serão efetivados, caso os projetos sejam aprovados.

"E aí teremos uma situação engraçada. Os novos senadores terão de colocar em cargos de confiança os parentes e amigos dos antigos senadores", disse um assessor parlamentar, que não quis ser identificado. Por qual motivo os projetos não estabelecem que todos os não concursados sejam demitidos e que se abra um concurso público para o número exato de vagas que precisam ser preenchidas? A esta pergunta, o diretor-geral do Senado, Lourival Zagonel dos Santos, responde: "Não posso cortar cabeças". E o senador Fragelli complementa: "Uma coisa que eu não faço é brigar com senador".

Atualmente, existem duas categorias de servidores no Senado: estatutários e celetistas. Os estatutários têm direito a um adicional de tempo de serviço e ao pagamento integral por doença, enquanto os celetistas têm direito a 20% de adicional das horas extras. Os projetos unificam o sistema de remuneração, dando aos estatutários as vantagens dos celetistas, e vice-versa. O que, na prática, significa um aumento do salário congelado pelo governo.

Os projetos também permitem que um datilógrafo, por exemplo, que entrou para o Senado por indicação de um parente ou amigo, seja promovido a assessor, contanto que tenha um diploma e que passe numa prova interna. Como os projetos não especificam o número de vagas de datilógrafo, nem o número de vagas de assessor, é possível que, uma vez aprovadas as mudanças administrativas, a maioria dos datilógrafos seja promovida a assessor.

O próprio autor dos projetos, Lourival Zagonel dos Santos, é um dos maiores beneficiados com a mudança administrativa. Ele entrou para o Senado em 1963, sem prestar concurso público, como auxiliar de limpeza. Foi enquadrado em 1972 com um projeto similar a estes dois que elaborou. Desde então, empregou no Senado a mulher, Julietta, e o filho, Aldo, tampouco concursados.